

FUNCIONALISMO, PRAGMÁTICA E ANÁLISE DO DISCURSO: REFLEXÕES ANALÍTICO-CRÍTICAS

Welisson Marques
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO: Os estudos lingüísticos sempre foram marcados pela heterogeneidade e diversidade de posições epistemológicas e adentrar em tais estudos faz-nos perceber constantemente a complexidade e os embates presentes nas teorias. Sendo assim, este artigo propõe realizar uma breve análise de três dessas subáreas lingüísticas, quer sejam do funcionalismo, da pragmática e da análise do discurso abordando seus conceitos basilares como forma de reflexão teórica e crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias Lingüísticas, Funcionalismo, Pragmática, Análise do Discurso

ABSTRACT: The Linguistic studies have always been marked by heterogeneity and diversity of epistemological positions and looking into these studies makes us constantly perceive the complexity and the struggles present in the theories. Thus, this article proposes to make a brief analysis of three linguistic sub-areas which are the funcionalism, the pragmatics and the discourse analysis approaching the basilar concepts as a way of theoretical and critical reflection.

KEY-WORDS: Linguistic Theories, Funcionalism, Pragmatics, Discourse Analysis

1. Considerações Iniciais

Esse trabalho de cunho analítico-reflexivo insere-se dentro dos estudos lingüísticos e nossa proposta é analisar os conceitos de Funcionalismo, incluindo aí a Pragmática como

também da Análise do Discurso a partir de uma seleção de textos científicos que consideramos relevantes nesta reflexão.

Tencionamos discorrer sobre essas teorias que são de grande importância dentro da lingüística abordando os conceitos basilares dentro de cada viés a partir de diferentes ângulos, como por exemplo, o próprio termo “discurso” dentro da análise do discurso é conceituado de maneiras diferentes quer seja sua definição apresentada por Osakabe, Pêcheux ou Foucault.

2. A Abordagem Funcionalista da Linguagem e a Pragmática

O que se entende por “abordagem funcional” do estudo da linguagem? É uma questão colocada por Halliday (1978, p. 125) e da qual nos apropriamos como ponto de partida desse trabalho com o intuito de tentarmos respondê-la.

A abordagem funcional refere-se aos princípios ligados ao uso da linguagem. Segundo Halliday os interlocutores *desempenham funções* nas diversas situações comunicativas em que estão envolvidos. Segundo ele

se podemos variar nosso nível de formalidade ao falar ou escrever, ou passar livremente de um tipo de contexto para outro, usando a língua ora para planejar uma atividade organizada, ora para pronunciar uma conferência, ora para manter disciplinadas as crianças, é porque a natureza da língua é tal que tem todas essas funções integradas em sua capacidade total. (1978, p. 126)

Dito de outra forma, a função comunicativa não é apenas inerente à linguagem humana como também influencia ou reflete no próprio sistema da língua. Sendo assim, a forma estrutural da língua é como é devido aos seus diferentes modos de uso, às suas diferentes funções sociais. Essas funções se referem ao fato de que quando nos comunicamos, estamos inseridos em contextos diversos e variados que requer do falante a utilização de expressões que sejam adequadas a cada situação. Sendo assim, o uso da língua determina sua estrutura.

Halliday demonstra que há “línguas restritas” que são utilizadas em situações específicas, como por exemplo, nos sistemas de cumprimento, nos relatórios médicos, jurídicos, meteorológicos, nas partituras musicais, nas receitas, entre tantas outras. Cada situação exigirá dos interlocutores a utilização de estruturas gramaticais pertinentes, da entonação adequada, de lexemas pertencentes, por exemplo, ao jargão de uma área específica.

Assim, os diferentes tipos de situação que de modo algum podem ser delimitados ou fechados possibilitam a definição de certos padrões que entram em jogo de maneira típica.

As crianças, segundo ele, possuem estruturas lingüísticas bastante limitadas reflexo das poucas funções desempenhadas por elas. Com o amadurecimento, as funções aumentam e concomitantemente a complexidade estrutural, de modo que na fase adulta quase sempre cada ato lingüístico servirá a mais de uma função. Há a combinação de diversas funções que se interagem nos atos lingüísticos, como por exemplo, uma sentença pode ter função instrumental, mas desempenhar as funções interacional e pessoal simultaneamente. Ele aponta as funções básicas constitutivas da vida das crianças quer sejam a instrumental, a regulatória, a interacional, a pessoal, a heurística, a imaginativa e a representacional. A função instrumental, por exemplo, refere-se ao potencial de solicitar ou atender pedidos, a regulatória ao ato de controlar os comportamentos alheios e a função interacional é aquela por meio da qual o falante lança mão para interagir com as pessoas. Ele demonstra nesse último exemplo a importância da entonação final que determinará se o falante está realizando uma pergunta ou simplesmente afirmando algo. É importante ressaltar que no ato de comunicação essas funções se misturam, relacionando-se umas com as outras.

Halliday (1978) postula que as diversas funções são constitutivas do sistema lingüístico ao afirmar que “a organização interna da língua natural pode ser melhor explicada à luz das funções sociais para cujo preenchimento a língua desenvolveu-se. A língua é como é por causa daquilo que ela tem que fazer” (1978, p. 143). Na fase adulta há uma imensa quantidade de funções que são desempenhadas por meio da linguagem, mas que se reduzem à gramática, a um pequeno grupo de componentes funcionais, os quais são denominados “macro-funções” e que refletem a abstração da variedade dos usos ou funções sociais da língua. Ele divide essas macro-funções em três grandes grupos, a ideacional, a interpessoal e a textual. A ideacional em que os enunciados produzidos estão ligados à experiência pessoal do falante, ou seja, a linguagem é utilizada como veículo de comunicação a partir do universo subjetivo do falante, a interpessoal cujo fim é a relação com as outras pessoas e, por fim, a textual em que a linguagem estabelece relações com ela mesma.

Esse autor, pautado em Malinowski, sustenta a tese de que “a organização interna da língua não é acidental; ela incorpora as funções que a língua desenvolveu para servir na vida do homem social” (1978, p. 158). Em outros termos, a estrutura da língua é a representação do significado funcional, não obstante sua variedade e complexidade.

Em busca de esclarecer a visão funcionalista nos estudos lingüísticos Martelotta e Áreas (2003) afirmam que após a publicação do Curso de Lingüística Geral, três noções passaram a

nortear a evolução da lingüística: sistema, estrutura e função. O termo sistema advém de Saussure que prioriza o todo em relação aos elementos que o compõem. Posteriormente, este termo foi substituído por estrutura, por referir-se a “um conjunto de elementos [que] agrupam-se num todo organizado”. (MARTELOTTA et al, 2003, p.17). Já a noção funcional aparece no Círculo Lingüístico de Praga que segundo Fontaine via a função como um aspecto indispensável à linguagem. É importante ressaltar que Saussure retirou todos os aspectos funcionais da língua, uma vez que ele priorizou a *langue*, ou seja, o sistema em oposição a *parole*.

Esses autores afirmam que a noção de função é um pouco problemática pelo fato de muitos lingüistas utilizarem o termo em trabalhos que não apresentam as mesmas características. Eles demonstram o sentido de “função” a partir de diferentes teóricos. Em Nichols (1984) função tem vários significados e se relaciona “a dependência de um elemento estrutural com elementos de outra ordem ou domínio” (2003, p. 18) como, por exemplo, “função comunicativa”. Os lingüistas do Círculo de Praga utilizaram este termo em uma destas concepções, sendo que para eles “função” tinha uma noção teleológica, ou seja, a língua utilizada para um determinado fim.

Os autores citam Dirven e Fried (2003, p. 19) que demonstram ser a significância da função dividida em dois grandes pólos, um formalista que prioriza a forma lingüística e outra funcionalista em que a função lingüística tem valor predominante. No primeiro pólo encontram-se lingüistas da Escola de Copenhague, como também no descritivismo americano (Bloomfield, Harris, Fries, etc.), sendo a língua vista como abstrata, estática e lógica. Já no pólo funcionalista, a língua é vista como instrumento de comunicação, sendo a mesma uma estrutura maleável, aceitando que o uso individual interfere no significado. Encontram-se filiados nesta “vertente” tanto os lingüistas da Escola de Praga, da Escola de Londres, como também no grupo holandês que afirma que o interesse primordial da lingüística funcionalista está nos processos relacionados ao êxito dos falantes ao se comunicarem por meio de expressões lingüísticas.

Segundo esses autores a lingüística nos Estados Unidos foi fortemente influenciada pela tendência formalista, principalmente após a década de 1970. Há também uma forte influência cognitivista na lingüística norte-americana que postula ser o contexto constitutivo do significado além do que a sintaxe não é autônoma por estar “subordinada a mecanismos semânticos que nossa mente processa durante a produção lingüística em determinados contextos de uso” (2003, p. 23). Ademais, a lingüística funcionalista foca o contexto e a

situação extralingüística, sendo assim a gramática é constituída nos contextos discursivos específicos.

Os funcionalistas dão um novo relevo ao discurso individual, não separando *langue* de *parole*, pois o contexto acidental e casual interfere no discurso como também “revisa” a dicotomia sincronia–diacronia quando propõe uma concepção pancrônica ao observar “as forças cognitivas e comunicativas que atuam no momento concreto da comunicação e que se manifestam de modo universal, já que refletem os poderes e as limitações da mente humana para armazenar e transmitir informações” (2003, p. 28).

Sendo assim, um dos pressupostos da lingüística cognitiva refere-se ao fato de que as palavras têm seus significados produzidos no contexto. Dentro dessa perspectiva há trabalhos feitos como o do modelo inferencial de Grice (1967, 1975) ou a teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995 apud SILVEIRA e FELTES, 2002) que encontram lugar nos estudos cognitivos e na pragmática.

O processo inferencial segundo Grice apud Silveira e Feltes (2002) refere-se ao fato de que os interlocutores ao se comunicarem conseguem entender os implícitos e os explícitos a partir do princípio de cooperação que rege os diálogos. Há nesse princípio algumas máximas que devem, mas que nem sempre são obedecidas, como a máxima de quantidade que se refere ao volume de informação transmitida nunca excedendo ao que é requerido, a máxima de qualidade em que o conteúdo deve ser o mais verossímil possível, a da relação em que o interlocutor tem de ser relevante e, por último, a máxima na maneira cujas ordenanças são “evite obscuridade de expressões”, “evite ambigüidade”, “seja breve” e “seja ordenado”.

É óbvio que esses mecanismos são passíveis de falha devido à complexidade da linguagem. A partir do comportamento dos interlocutores e do contexto situacional os enunciados podem ser interpretados de diversas maneiras, os quais Grice denomina “implicaturas conversacionais particularizadas”. Essas implicaturas envolvem, grosso modo, aquilo que é efetivamente dito somado ao princípio da cooperação e das máximas juntamente com o contexto.

Segundo Grice há ainda outros dois tipos de implicaturas presentes nos atos comunicativos, a implicatura conversacional generalizada que requer pistas lingüísticas para a compreensão dos enunciados como também a convencional em que o enunciado é interpretado analisando o significado lingüístico das palavras nele presentes. Nesse último caso, a título de ilustração, a partir do enunciado “Ele é advogado, mas é honesto” infere-se que advogados são corruptos uma vez que a utilização da conjunção adversativa *mas* implica

a exclusão deste de um grupo de profissionais desonestos, ou seja, todos os advogados em geral não são honestos.

Nesses processos inferenciais há também presente a noção de mutualidade em que falante e ouvinte devem compartilhar conhecimentos mútuos como forma de recuperação dos sentidos e possível compreensão daquilo que é enunciado. Todavia, Sperber e Wilson (1996, 1995 apud SILVEIRA E FELTES, 2002) criticam esse modelo pelo fato de o mesmo impor uma condição de certeza àquilo que já se conhece, mas que tais suposições podem ser falhas e, portanto não se sustentar, pois, segundo eles, duas pessoas vêem um objeto de modos diversos o que os leva a compreender o mesmo fato de maneiras diferentes.

Há também as suposições que os interlocutores realizam ao longo do processo comunicacional as quais Sperber e Wilson denominam “ambiente cognitivo” em que falante e ouvinte compartilham das mesmas informações por meio de representações mentais. Sendo assim, a compreensão dos enunciados nessa perspectiva se dá a partir de um construto psicológico, ou seja, de suposições que o ouvinte realiza sobre o mundo e as coisas em geral e que são determinantes para seu entendimento daquilo que é enunciado. Vale ressaltar que as suposições realizadas ao longo dos diálogos se dão a partir do conhecimento enciclopédico, do contexto ou ambiente físico como também do discurso anterior, daquilo que é falado anteriormente. Para Grice a noção de implicatura parte do que é efetivamente dito e vai além obedecendo ou violando as máximas conversacionais, enquanto em Sperber e Wilson essa noção não parte necessariamente do que é dito mas se desdobra em conclusões e premissas implicadas.

Ainda nessa perspectiva pragmático-cognitiva, Sperber e Wilson propõem a teoria da relevância que se volta para a compreensão dos enunciados a partir do modelo inferencial de Grice. Essa teoria de grande complexidade teórica deriva da idéia de que nos diálogos os indivíduos prestam atenção apenas às informações que lhes são relevantes. É relevante um enunciado que mescla suposições ou conhecimentos que o interlocutor já tem sobre o mundo com a informação nova. Para eles o enunciado se dá como o resultado da intenção *informativa* por parte do falante. Sendo assim, as inferências e suposições que o ouvinte realiza são baseadas nos fenômenos que são seu foco de atenção. Portanto, ao receber uma informação nova o indivíduo ativa algumas suposições que estão estocadas em sua memória, daí deriva uma suposição mais forte e vai-se eliminando entre as suposições contraditórias, aquelas que são mais fracas. As suposições resultantes das informações velhas com as novas são chamadas de implicações contextuais e tanto podem reforçar aquilo que está presente no ambiente cognitivo do interlocutor, enfraquecer uma informação existente ou mesmo

contradizê-la, levando-o a recontextualizar ou readaptar a informação nova em seu contexto de suposições, que, vale ressaltar, se dão no plano cognitivo do indivíduo. Vale lembrar que o contexto nessa perspectiva não é dado aprioristicamente, mas construído ao longo da comunicação e é selecionado a partir da relevância no processamento da informação.

Dentro ainda dessa abordagem teórica como forma de compreensão dos enunciados lingüísticos, Sperber e Wilson apresentam a noção de explicatura que envolve operações pragmáticas e decodificação lingüística. O ouvinte nesse caso além de recuperar a representação semântica do enunciado, deve também resolver problemas de compreensão que surgem como ambigüidade, incompreensão, etc. através de processos inferenciais. Na ótica desses autores (1986, 1995, p. 182 apud SILVEIRA E FELTES, 2002, p. 57) a explicitude é definida desse modo: “Uma suposição comunicada por um enunciado é explícita se e somente se ela for um desenvolvimento de uma forma lógica codificada pelo enunciado”. Desse modo, a explicatura envolve, como dito anteriormente, não apenas a decodificação lógico-lingüística mas também a realização de inferências pragmático-contextuais.

Por fim, os conceitos pontuados por Halliday, Grice, Sperber e Wilson, entre outros certamente não se limitam ao que foi aqui exposto, todavia atemo-nos nesses conceitos basilares, pois os mesmos nos apresentam um panorama geral da pragmática e do funcionalismo nos estudos lingüísticos.

3. A Análise do Discurso

Em um outro viés dentro da lingüística temos o estudo do discurso, ou melhor da análise do discurso (doravante AD). Desse modo, uma primeira questão que se nos apresenta é definir o quem vem a ser *discurso*, pois a primeira problemática ao trabalhar tal conceito é que ele se encontra na exterioridade do sistema.

Como se sabe Saussure ao lançar os fundamentos nos estudos da linguagem elevou a lingüística ao nível científico justamente por efetuar o recorte da *langue* e estudar, por exemplo, os elementos fonológicos e morfológicos da língua com certo rigor metodológico que se adequa ao paradigma da ciência. Todavia, tratar do discurso é justamente sair fora deste sistema, da própria estrutura da língua e entrar em um campo que envolve o indivíduo falante, o contexto, a história, a ideologia além de uma série de elementos que são considerados “moventes” e, portanto de difícil “normatização”.

Possenti (1979) afirma que por mais consistente que seja uma teoria, o recorte que é necessário fazer sempre deixará de fora “alguma faceta do real” (1979, p.10). Desse modo, o pesquisador tem apenas uma visão parcial do todo seja pela sua posição que cria o objeto (cf. Saussure) ou por razões metodológicas. Para ele o método tem papel crucial, pois ele elege ou exclui, sendo ele considerado o verdadeiro ponto de vista. De qualquer modo, adentrando no campo do discurso, estamos saindo fora das propostas de Saussure e Chomsky e incluindo fenômenos que eles colocaram de lado. Para Osakabe apud Possenti (1979, p. 15) o discurso pode ser assim definido:

Do ponto de vista de sua natureza, o discurso caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu; em segundo lugar, o discurso caracteriza-se por uma maior ou menor presença de indicadores de situação; em terceiro lugar, tendo em vista sua pragmaticidade, o discurso é necessariamente significativo na medida em que só se pode conceber sua existência enquanto ligada a um processo pelo qual eu e tu se aproximam pelo significado; e, finalmente, o discurso tem sua semanticidade garantida situacionalmente, isto é, no processo de relação que se estabelece entre suas pessoas (eu/tu) e as pessoas da situação, entre seus indicadores de tempo, lugar, etc., e o tempo, lugar da própria situação. Do ponto de vista de sua extensão, o discurso constitui uma unidade mais ampla do que a frase (a não ser que determinada frase possa ser caracterizada como discurso); em segundo lugar está limitado por dois brancos semânticos, que se devem quer à ausência pura e simples de uma cadeia significativa que o constitui quer à alteração do locutor.

Já Foucault (2005a) afirma que o discurso é um conjunto de enunciados que derivam de uma mesma formação discursiva e que o mesmo é “histórico, fragmento da história, unidade e descontinuidade na própria história” (FOUCAULT, 2005a, p.135). As palavras, segundo ele, só têm sentido dentro de certas formações discursivas (FDs), ou seja os seus sentidos serão totalmente diferentes de acordo com a FD em que estiverem inscritas. À guisa de ilustração, apropriamo-nos de um exemplo dado por Possenti (1993, p.15):

Por exemplo, a palavra “massa” pode designar uma coisa completamente diferente no discurso político e no discurso culinário. “A massa não está preparada” pode ser um enunciado de interpretação completamente distinta, portanto, se dito por um militante político que lamenta que certas ações tenham que ser adiadas ou por um cozinheiro que pede paciência aos comensais, isto é, em circunstâncias em que são outras as ações que devem ser adiadas. Atente-se para o quanto isto é aparentemente óbvio.

Desse modo, o sentido de uma palavra muda conforme a formação discursiva em que ela é proferida, ou seja, uma FD determina o sentido das palavras. Para Foucault uma formação discursiva existe quando um número de enunciados puderem ser agrupados e

definidos por um certo princípio de regularidade, seja ele de objetos, conceitos, tipos de enunciação ou escolhas temáticas (2005a, p. 43).

A complexidade de definição do termo “discurso” é grande pois para entendê-lo é preciso sair do texto, do unicamente gramatical ou lingüístico e voltar-se para as condições de produção que não se restringem apenas à situação de interlocução, aos sujeitos, aos enunciados e às quais formações discursivas eles pertencem, mas também é necessário fazer uma viagem pela história observando os acontecimentos sociais, históricos e culturais. “*Discurso* não diz respeito à linguagem, a sua extensão mostra-se, desde o início, comprometida com uma problemática desta área. Isto é, *discurso* é a própria palavra em movimento, cuja noção desloca-se no tempo e no espaço, assumindo múltiplos sentidos” (MENEZES, 2004, p. 22). No dizer de Fernandes (2007a) aspectos sociais e ideológicos são impregnados nas palavras quando elas são ditas e o discurso que se materializa na linguagem revela os lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos.

Foucault postula que o discurso é um conjunto de enunciados e sob a ótica desse pensador o enunciado é “ao mesmo tempo, não visível e não oculto” (2005a, p. 126). Ora, é não oculto pois materializa-se sob a forma de signos efetivamente produzidos, e não visível pois no momento de sua irrupção ele não é mais o mesmo sendo “necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo” (2005a, p. 128). Lembremo-nos de que “todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’” (2005a, p. 28).

Não há enunciado em geral, livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo. (2005a, p. 114)

Em suma, o sentido longe de ser dado aprioristicamente é movente, pois é produzido na e pela história. O enunciado precisa de um suporte material tem uma data e lugar e é produzido por um sujeito. Além disso, ele é um pequeno fragmento, um átomo do discurso e não se confunde com palavra ou frase. Foucault não limita o conceito de enunciado ao de signo lingüístico, pois língua e enunciado não estão no mesmo patamar de existência. Nesse sentido Courtine (1999, p. 16) afirma que ao tratar do discurso não se está tratando da língua, quer dizer, “de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, (...) mas que se realiza na língua: não na ordem do *gramatical*, mas na ordem do *enunciável*”. Um enunciado pode

ser além de palavras ou frases, símbolos, imagens, gráficos, organogramas, desenhos, etc. Ademais, Foucault demonstra que à língua correlaciona-se diversos fatores que produzem significações: ambiguidades, ironia, sutilezas, implícitos, opacidade, etc. há os *não-ditos* e que “de um modo ou de outro, as coisas ditas dizem bem mais [do] que elas mesmas” (2005a, p. 127).

Ao falar do discurso e dos sentidos, o fundador da AD, Michel Pêcheux (1990, p. 82) afirma que o termo discurso “não se trata de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”. Esses pontos não são lugares físicos concretos, mas representações imaginárias que o interlocutor faz tanto de si mesmo e do outro quanto dos lugares em que se encontram no processo discursivo e que esses diferentes lugares e representações dos sujeitos implicam deslocamentos de sentidos.

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. [...], não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. [...] Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Neste íterim, o sujeito discursivo se inscreve em determinadas formas lexicais para evidenciar uma tomada de posição enunciativa, “o que quer dizer que elas (as palavras) adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.” (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

É por meio dos discursos efetivamente produzidos e materializados *nalgum lugar* que conhecemos o sujeito, as ideologias que o interpela, e sua(s) posição(ões). “Posições” no plural uma vez que os indivíduos assumem diferentes posicionamentos no discurso mostrando que o sujeito é heterogêneo. As reflexões acerca da heterogeneidade propostas por Authier-Revuz somente aparecem em um momento em que a concepção de sujeito nas ciências humanas já tenha passado por algumas rupturas. Desse modo, pensamos ser relevante esboçar primeiramente os deslocamentos ocasionados partindo do sujeito iluminista (centrado e homogêneo) até chegar ao sujeito da AD (que é descentrado e heterogêneo).

O deslocamento de concepções de sujeito iluminista até chegar ao pós-moderno não ocorreu de imediato, mas se deu em um longo processo histórico e podemos citar três grandes pensadores que contribuíram para que essa ruptura ocorresse: Marx, Freud e Saussure.

Karl Marx rompeu com a concepção de sujeito cartesiano, de um sujeito “nuclear”, uma vez que ele deslocava a autonomia de escolha ou decisão do indivíduo para as estruturas sociais e as formas de organização de trabalho. Ele expurgou a idéia de homem livre e capaz de determinar suas atitudes nos diversos âmbitos sociais. O sujeito, segundo ele, estava submetido às condições sociais, econômicas e políticas que lhe eram impostas¹.

Os estudos de Sigmund Freud também corroboraram para “arrasar com o conceito de sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada” (HALL, 2006, p. 36) uma vez que em seus experimentos Freud demonstra que a personalidade do indivíduo é formada em sua relação com os outros, com o exterior. Ele explica a origem contraditória da identidade ao demonstrar que é no exterior, através dos sistemas de representação simbólicos que a personalidade é formada, sendo a fase infantil um estágio marcado por sentimentos contraditórios, antagônicos e não-resolvidos que perpassam o inconsciente e *permanecem* até a fase adulta constituindo o sujeito. Além disso, segundo Freud, a identidade está sempre em formação sendo, portanto inacabada, pois o indivíduo está sempre em busca de completude.

Saussure (1971) também colaborou com as idéias de descentramento do sujeito a partir do *Curso de Lingüística Geral* ao conceber a língua como um sistema social. Ele retira do indivíduo a “autoria” da língua ao conceituar o signo lingüístico demonstrando que o mesmo é arbitrário e convencionado coletivamente, no social, portanto preexistente e exterior ao indivíduo. Uma outra característica do signo postulado por Saussure é o fato de o mesmo ter o caráter de imutabilidade. Sendo assim, um indivíduo não tem autonomia para modificá-lo, mas as mudanças pelas quais uma língua passa dependem da sociedade, ou seja, de fatores externos ao sujeito.

Enfim, fica evidente aqui que o conceito de sujeito na perspectiva da teoria do discurso é caudatário das reflexões desses três grandes pensadores cujas idéias causaram “rupturas nos discursos do conhecimento moderno” (HALL, 2006, p. 34) impactando as ciências humanas em geral, sendo que é impossível pensar a AD sem remontarmo-nos à Saussure-Freud-Marx.

Na verdade, a AD nasceu a partir da proposta pecheutiana de fundir a língua, o sujeito e a história. Além disso, a releitura freudiana nas reflexões lacanianas “corroboram a

¹ Em seu manifesto comunista escrito juntamente com Engels, Marx critica ferozmente a burguesia e a exploração operada pelos sistemas de produção pós-revolução e defende o comunismo como forma de distribuição igualitária das riquezas: “o comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de sua parte dos produtos sociais, apenas suprime o poder de escravizar o trabalho de outrem por meio dessa apropriação” (2001, p. 7). Assim, o indivíduo nessa concepção marxista não é mais igual ao sujeito iluminista capaz de escolha ou regulador diante da sociedade e dos fatores que lhe são externos, mas o sujeito proletário via-se dentro de um sistema de coerções, submetido às imposições burguesas. Para Marx, as mudanças deveriam ocorrer externamente, no social, para que o indivíduo pudesse se beneficiar-se delas.

compreensão do sujeito como descentrado considerando que *sempre sob as palavras “outras palavras” são ditas*. O sujeito tem a ilusão de ser o centro de seu dizer, pensa exercer o controle dos sentidos do que fala, mas desconhece que a exterioridade está no interior do sujeito” lembra-nos Fernandes (2007a, p. 40, grifo do autor).

Ademais, o conceito de heterogeneidade somente apareceu na terceira época da AD. Pêcheux (1990a) ao falar acerca dessas três fases faz uma reformulação de conceitos, principalmente a partir das idéias de Foucault (2005a; 2005b), que ocasionaram revolvimentos epistemológicos nesse campo disciplinar.

Em um primeiro momento, denominado AD1, o sujeito era colocado como assujeitado. “Os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’” (GADET e HAK, 1990, p. 311). Trata-se, na verdade, das idéias de Marx relidas pelo filósofo e professor de Pêcheux, Louis Althusser (2001). Na concepção althusseriana, a sociedade dividida em classes precisava se organizar para assegurar a produção industrial e intelectual, a manual operada pela classe dominada, o proletariado, e a intelectual pela classe dominante, a burguesia. Desse modo para garantir e perpetuar tais condições de exploração o Estado atuaria como Aparelho Repressivo (AR) por meio de suas organizações, quer sejam militares ou políticas. Esse AR atuaria conjuntamente com os Aparelhos Ideológicos através dos sistemas de educação, imprensa, sistema religioso, etc. Todavia, a homogeneidade se faz presente pelo fato de uma formação social equivaler a uma formação ideológica.

A esse respeito, a posição teórica adotada por Pêcheux nesse período é a de que “um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos [...]”. Segundo Pêcheux (1990, p. 312):

O ponto de partida de uma AD-1 é um *corpus* fechado de seqüências discursivas, selecionadas (o mais frequentemente pela vizinhança de uma palavra-chave que remete a um tema) num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas.

Em suma, os “espaços discursivos” são fechados e homogêneos (percebe-se que nessa época ainda não aparece o termo Formação Discursiva que foi cunhado por Foucault posteriormente) e o sujeito da AD1 é tido como assujeitado, não sendo a fonte do discurso.

No segundo momento (AD2), seguindo as palavras de Pêcheux, há “um deslocamento teórico [...] uma conversão ‘filosófica’ do olhar pelo qual são as *relações entre* as “máquinas” discursivas estruturais que se tornam o objeto da AD” (1990, p. 313-314, grifos do autor). Nesse momento, a noção de Formação Discursiva (FD) tomada de Foucault

começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais [...] (1990, p. 314)

Sendo assim, uma FD não é mais fechada em si mesma, mas está aberta, é interligada e interrelaciona-se com outras FDs, é “invadida” por elementos externos. Este é o momento em que se introduz também a noção de interdiscurso, que é a relação do discurso com outros. Metodologicamente, Pêcheux (1990, p. 315) afirma que há poucas inovações em relação a AD1: “o deslocamento é sobretudo sensível ao nível da *construção dos corpora* discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada”. Atenta-se então para os diferentes *corpora* presentes em uma FD que se ligam a elementos externos a ela e volta-se também para a história.

A terceira época (AD3) tem como característica a inserção das reflexões de Authier-Revuz na disciplina, é a fase em que o “primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua” afirma Pêcheux (1990, p. 315, grifos do autor) sendo que “o procedimento da AD por etapas, com ordem fixa, explode definitivamente”. Authier-Revuz (1990, 2004) fala acerca da exterioridade constituindo o sujeito discursivo, demonstrando que um discurso nunca nasce do nada, ele surge em meio a outros discursos, um discurso traz outros em si, ele é “produto de interdiscursos”. Ora, um sujeito se constitui no meio-social por meio da linguagem em suas mais variadas formas. Essa linguagem é exterior ao indivíduo e, portanto, conforme diz Authier “no sujeito e no seu discurso está o Outro”.

Face à pretensão – espontânea ou teoricamente conduzida – do sujeito como fonte autônoma do sentido que comunica através da língua, abordagens teóricas diversas têm mostrado que toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito e que este “é mais falado do que fala”. Este “de fora” não é o que, inevitavelmente, o sujeito portador de um sentido encontraria e em função do qual se determinariam as formas concretas de sua existência e aquela de seu discurso; está no exterior ao sujeito, no discurso, como condição constitutiva de existência. (1990, p. 26).

O sujeito acredita, tem a ilusão de ser a fonte de seu discurso, mas na verdade ele é o suporte e o efeito do funcionamento discursivo que lhe é exterior. Sendo assim, segundo a autora em questão, o sujeito é o resultado de uma estrutura complexa, é efeito da linguagem, daí a heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu discurso, também denominada heterogeneidade radical por ser não localizável e não representável.

Em suma, a heterogeneidade constitutiva conforme as reflexões de Authier-Revuz referem-se ao outro, ao social presente no discurso do sujeito pelo fato dele estar inscrito em vários segmentos sociais e se constituir nas relações discursivas.

Há também as formas de heterogeneidade mostrada que são aquelas em que se inscreve o outro na seqüência do discurso “segundo modalidades diferentes, com ou sem marcas unívocas de ancoragem” afirma Authier-Revuz (p. 1990, 29). Esse outro é identificado quando se difere da cadeia enunciativa, remete a um exterior, contrastando com o “interior discursivo”. São modalidades marcadas, explícitas em uma seqüência. Citações de um outro discurso como o técnico ou feminista, um outro registro discursivo, um outro interlocutor aparecendo implicitamente ou explicitamente, uma outra modalidade de consideração de sentido para uma palavra são alguns exemplos de heterogeneidade mostrada.

Enfim, os conceitos das formas de heterogeneidades enunciativas são constitutivos do sujeito discursivo, sujeito este que não é empírico, e que rompe com o “eu” centrado, subjetivo, pois, como reiteramos, este é constituído no nexos social.

Quando falamos em AD sempre remontamo-nos à memória que, nessa perspectiva, não se refere às lembranças que um indivíduo tem do passado. Segundo Courtine, o termo “memória discursiva” designa algo distinto de qualquer lembrança ou memorização psicológica. Tal noção diz respeito à “existência histórica do enunciado” no interior de práticas discursivas que são reguladas por aparelhos ideológicos. Ou seja, um texto se inscreve em uma Formação Discursiva (FD, doravante), em função de uma memória discursiva que o texto retoma e do qual é parte.

Sendo assim, quando uma determinada análise é realizada sob a ótica da Análise do Discurso de vertente francesa e, mais especificamente, nessa perspectiva de memória discursiva courtineana necessário é olhar para o aspecto histórico-social, para os elementos constitutivos da materialidade lingüística que se vinculam a FDs específicas. “O domínio de memória é constituído, assim, por um conjunto de seqüências que preexistem a um certo enunciado”. (Possenti, 2004). Ou seja, a memória implica uma relação da linguagem com a

história e pensá-la requer observar as relações conflituosas dos aspectos de historicidade com os processos da linguagem.

Ainda trabalhando as conceituações de memória, Pêcheux (1990) a define como “um conjunto complexo, pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de ‘tecidos de índices legíveis’, que constitui um corpo sócio-histórico de traços”. Bakhtin argumenta que “o caráter mais importante, e também mais ignorado de todo enunciado é o seu dialogismo, isto é, a sua dimensão intertextual. A cultura é composta de discursos que preservam a memória coletiva (tanto os lugares comuns e os estereótipos quanto as falas excepcionais) em relação aos quais todo sujeito é obrigado a se situar”.

Isto posto, entendemos que realizar uma análise sob tais perspectivas rompe com a tradição de análise de conteúdo. O que importa para a Análise do Discurso (AD) não é simplesmente explicar o que um texto *contém* ou quais informações o constituem próprio das teorias da informação, mas, sim que os enunciados fazem parte da história, retomam uma memória e que em uma instância de enunciação específica, o(s) enunciador(es) vincula(m)-se à (uma) FD(s) específica(s).

Pêcheux e Fuchs (1975, p. 182) argumentam que “um *corpus* é constituído por um conjunto de discursos concretos e de objetos discursivos, estando essas superfícies dominadas por condições de produção estáveis e homogêneas”. Ora, se os discursos, segundo esses autores, são dominados pelas condições de produção fica claro que os mesmos são históricos, ou seja, não são circunstanciais.

Concernente à relação história e memória, podemos sempre afirmar que há uma ligação íntima entre as duas. É impossível desvincular uma da outra, pois a primeira é constitutiva da segunda. Foucault (2005a) apresenta a noção de ruptura como forma de compreender como os processos históricos são descontínuos. Essa descontinuidade histórica deslocada para a análise do discurso ajuda-nos a compreender os sentidos dos enunciados que, muitas vezes, são interpretados analisando o sócio-histórico, que não é linear, mas descontínuo e marcado por rupturas. Segundo ele, ruptura significa instaurar uma problemática nova ou uma mudança epistemológica. A título de exemplificação podemos utilizar as próprias conceituações relativas à AD que rompem com várias concepções da lingüística, como, por exemplo, a do enunciado como sendo um propósito do autor, ou em relação ao sujeito que é denominado na lingüística textual como emissor, falante, produtor, sujeito empírico, etc. ou mesmo em

relação ao sentido proposto pela filologia como sendo único e transparente. A AD rompe com estas e outras concepções.

A AD rompe com o conceito de sentido dos enunciados como algo imanente, assim como ele é prescrito pelos dicionários. Para que os compreendamos, é necessário olhar para a história, como afirmado anteriormente, para os acontecimentos e os discursos produzidos na e pela história como forma de compreender suas formações, suas vinculações às entidades e grupos sociais e conseqüentemente às ideologias que interpelam tais discursos. Foucault (2005a) propõe o método arqueológico como forma de interpretar os sentidos e podemos, grosso modo, resumir sua tese como uma proposta de explicitar a produção histórica do enunciado. Em relação ao método arqueológico, Gregolin (2004a) elucida o pensamento foucaultiano:

[...] por meio da exposição dos conceitos envolvidos na análise arqueológica, Foucault mostra sua compreensão das *relações que os discursos estabelecem com os sujeitos, com a História, com as práticas discursivas*. Por serem produto dessas práticas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas: *não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer num lugar e tempo qualquer*. Há, sempre, que se submeter à ordem do discurso. (GREGOLIN, 2004a, p. 96, grifos nossos).

Gregolin (2004b) ainda citando Foucault pontua que:

[...] Foucault parte do primado da relação: as coisas só existem por relação, tudo é histórico, tudo depende de tudo (e não unicamente das relações de produção), explicar um objeto consiste em mostrar de que contexto histórico ele depende. Por isso, o discurso é o que realmente é dito, sem que o sujeito saiba que está dizendo outros sentidos do dizer (...) podemos pensar, com Foucault, que a produção dos sentidos é uma luta discursiva travada na trama tênue do tecido histórico de uma sociedade. (GREGOLIN, 2004b, p. 41).

Foucault (2005a) se aproxima muito das concepções da nova história. Na *Arqueologia do Saber* ele se afasta das noções de linearidade e continuidade advindas da História tradicional e apresenta os conceitos de descontinuidade, transformação e ruptura, conforme mencionado anteriormente, entre outros conceitos que são basilares em sua proposta para analisar o(s) discurso(s).

Certeau (2002) ao referir-se aos discursos os define como históricos porque estão “ligados a operações e definidos por funcionamentos” e ainda que “também não se pode compreender o que *dizem* independentemente da *prática* de que resultam”. (CERTEAU, 2002, p. 32). Ora, é justamente essa relação do discurso com a história que são expostas por Foucault em sua Arqueologia e que influenciaram (ou inquietaram?) Michel Pêcheux posteriormente e, conseqüentemente, a AD como um todo. Os discursos nunca mais seriam analisados da mesma maneira.

Essa mudança em como observar/analisar a história sob diversos ângulos parece ter sido deslocada, pois vemos essas concepções de não homogeneidade, de inacabado, de “não haver bordas ou limites”, dos entrecruzamentos dos saberes nos estudos históricos presentes nas noções de sentido, do sujeito e, também, das formações discursivas nas reflexões de Foucault, Pêcheux e outros quando se referem ao discurso.

Em suma, é impossível pensarmos o discurso desvinculando-o de suas condições de produção, dos acontecimentos históricos, uma vez que para analisarmos o objeto da AD faz-se necessário olhar para a “a existência histórica do enunciado” como afirma Courtine e para os sentidos que são engendrados externamente e não dentro do próprio texto.

4. Considerações Finais

É impossível pensarmos em concluir ou “fechar” uma subárea das ciências humanas, em especial, dentro dos estudos lingüísticos, pois por um lado poderia soar como pretensão nossa esgotar o assunto ou até mesmo pura ingenuidade teórica uma vez que os conceitos são analisados por diferentes ângulos de acordo com a visão do pesquisador e a teoria adotada. Entretanto, apesar do recorte realizado pautar-se em apenas alguns autores acreditamos que as noções basilares do funcionalismo, da pragmática e da análise do discurso foram relevantemente esboçadas.

Por fim, percebemos a complexidade e heterogeneidade que são questões constitutivas da linguagem humana em especial na parte movente, *soft* da lingüística. Desse modo, apesar da língua ser um sistema abstrato, ela também reflete o que lhe é exterior e essa exterioridade tem lugar de um modo ou de outro em tais estudos tanto em um viés funcionalista e pragmático quanto na análise do discurso.

5. Referências Bibliográficas

ABAURRE, M. B. et al. *Considerações sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de episódios de refacção textual*. **Trabalhos de LA**. Campinas, n.25, p. 5-23, 1995.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidades enunciativas*. Trad. de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi in: **Caderno de Estudos Lingüísticos**, n. 19 jul/dez 1990. Campinas: Unicamp/IEL, 1990, p. 25-42.

_____. **Entre a Transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo. Hucitec, 1999, p. 90-127.

BASTOS, L. e MATTOS, M. A. A lingüística aplicada e a lingüística. **Trabalhos em LA**. Campinas, n. 22, p. 7-23, 1993.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DILINGER, M. *Forma e função na lingüística*. **DELTA**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 395-407, 1991.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias**. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.

FISH, S. *Is there a text in this class?* **ALFA**. São Paulo, 36: 189-206, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

_____. **A Ordem do Discurso**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005b.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O Sentido e suas movências. In: ____ (org). **Análise do Discurso**. Entornos e Sentidos. São Paulo, Araraquara, Unesp, 2001.

_____. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso – Diálogos e Duelos**. São Carlos, Editora Clara Luz, 2004a.

_____. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral (orgs). **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004b, p. 19-43.

HALLIDAY, M. A. K. **As bases funcionais da linguagem**. DASCAL, M. Fundamentos Metodológicos da lingüística. V. 1, São Paulo: Global, 1978, p. 125-161.

LEMOS, M. T. *Sobre o que faz o texto: Uma leitura de cohesion in English*. **DELTA**. v. 8, n. 1, p. 21-42, 1992.

MARTELOTTA, M. E. et al. (Orgs.). **Lingüística Funcional: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro. DP&A, 2003, p. 17-55.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso** – uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony.

Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

POSSENTI, S. *Sobre o discurso*. **Série Estudos**. n. 6. Uberaba: Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino, 1979.

SILVEIRA, J. e FELTES, H. **Pragmática e Cognição**. A Textualidade pela Relevância. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 17-62.